

A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS SOCIAIS COMO FATOR DE RESISTÊNCIA NO MST

Davi Amancio de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO: O presente artigo versa sobre os vínculos sociais e a sua relevância em agregar as pessoas que compõem os Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A pesquisa foi desenvolvida como componente curricular para crédito da disciplina Educação do Campo e Popular. Salienta-se aqui que o MST é considerado, na contemporaneidade, um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, destacando-se por sua história, luta em prol do trabalhador do campo e tendo como uma das suas pautas principais a Reforma Agrária. Desta forma, a pesquisa apresenta uma análise sobre o papel dos vínculos sociais, e de que maneira estes podem corroborar para a resistência frente às políticas neoliberais do atual governo. A metodologia utilizada para alicerçar a pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético, por meio de um questionário semiestruturado. Na revisão de literatura, buscou-se revisitar a história do MST, a fim de entender como os sujeitos se constituem como uma coletividade, as tensões entre governo e o movimento, e como se dá a construção dos vínculos sociais nesses espaços. Nesse sentido, de forma intencional, tentou-se verificar o que estas pessoas compreendem por vínculos sociais e qual a relevância destes laços nas suas vivências. Esta pesquisa, portanto, traz à tona a importância dos laços sociais dentro do MST, aqui defendida, além de ser posta em evidência para culminar com novas discussões sobre o tema em diversos espaços que poderão tratar dessa temática, especialmente no espaço acadêmico.

Palavras-chave: MST. Resistência. Vínculo.

Introdução

A pesquisa apresentada a seguir é resultado de uma inquietação que surge durante os encontros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GPEMDEC). Nesse percurso acadêmico, foi possível conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a história de luta dos assentados, sendo possível compreender que nos últimos Governos do Brasil este movimento vem experimentando uma degradação quanto às suas pautas de reivindicações que, de forma recorrente, têm sido ignoradas. Diante disso, a pesquisa propõe verificar se os vínculos sociais aqui explicitados seriam um fator de agregação no movimento, e como isso se daria.

Para isso, foi utilizado o Materialismo Histórico Dialético como fio condutor da pesquisa, a fim de se chegar ao conhecimento da realidade. Nesse sentido, o trabalho foi dividido em três etapas. Começamos por uma revisão bibliográfica, no sentido de construir

um diálogo com autores que tratam das questões que estão postas na pesquisa, além da análise do geral, como sendo aquilo que é compreendido como às vivências desse coletivo e os seus desdobramentos. Em seguida, estivemos no assentamento realizando uma pesquisa de campo, onde fizemos o uso da coleta de dados através da análise focal, valorizando a oralidade dos sujeitos, nesse sentido a pesquisa objetivou a obtenção do real desviando-se do que era aparente. Logo após, dirigimos nosso olhar para aquilo que era específico, que são as tensões entre as ações do governo atual e o movimento, ou a falta delas, e como essas demandas culminaram com o fortalecimento dos assentados, além do fato de que a produção de laços sociais também se dá por meio de um padrão de afinidades em qualquer grupo social. Nesse caso, os vínculos sociais se inscrevem como algo que ocorre por intermédio de uma cadeia de elos de afinidades, seja quanto às lutas ou quanto às necessidades do grupo.

Depois de ter feito uma análise das múltiplas determinações que envolvem o coletivo estudado, foi possível ao resultado da pesquisa mediante um questionário semiestruturado, que serviu também para dar o rigor necessário à pesquisa. Assim, a terceira etapa dessa pesquisa ocorreu por meio de uma devolutiva feita aos assentados, contendo aquilo que foi encontrado como sendo a realidade que foi desvelada.

MST, seu caráter identitário e sua resistência

Foi observado durante a pesquisa que algumas produções sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) trazem a questão da reforma agrária como um fenômeno histórico, o qual surge a partir de um campo de tensão entre os que protagonizam no Brasil a detenção do poder da propriedade privada e aqueles que não têm sequer um pedaço de terra para viver. Esta análise sobre a gênese do movimento está presente nas obras de Caldart (2001, p. 01), em que ela descreve não apenas a origem do movimento, mas também o seu percurso nos principais pontos do Brasil, conforme consta a seguir:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela

terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. (CALDART, 2001, p.01)

Um dado que não pode ser ignorado é que, mesmo depois de várias décadas de lutas e de formas de resistir no contexto brasileiro, a equidade em relação à terra ainda se configura como uma realidade distante, exigindo por parte do MST que a luta continue. Entretanto, a autora acima mencionada faz uma análise sobre a forma como o movimento se organiza e aborda a maneira sociocultural de viver, que é própria dos que fazem parte do movimento. Ela também destacou o termo “sem terra” como a marca da identidade de um sujeito que passa a ter algo em comum com o outro da sua coletividade, e como esses conduzem suas vivências com pessoas que não têm terra para viver e construir moradia.

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria *crianças Sem Terra*, ou *Sem Terrinha*, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. (CALDART 2001, p. 06)

Nesse âmbito, mesmo que de forma implícita, temos a importância dos vínculos sociais, que é comum aos seres humanos que estejam ligados por aquilo que lhes é comum. Partindo dessa perspectiva, os laços sociais no MST também podem ter relação com esse caráter identitário de uns para com os outros. Outro dado relevante trazido pela autora é o fato dessa militância no movimento se dar na mais tenra idade, ou seja, isso significa dizer que uma criança ao encontrar-se com outra se identifica como sendo igual, e não diferente. Para além disso, de acordo com Caldart (2001, p. 06), “esta identidade fica mais forte à medida em que se materializa em um *modo de vida*, ou seja, transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou anti-valores) que a sustentam”. Com base nesse pressuposto, é possível inferir que os antagonismos da sociedade capitalista, que perpassam como sujeitos inseridos nela, ao invés de afastar, servem como um catalisador dessa união, já que as formas de resistência se dão por afinidade no processo de uma luta que é comum a todos.

Além de Caldart (2001), outro livro considerado crucial para compor a revisão de literatura dessa pesquisa é o “*Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*”, escrito por Miguel Carter (2010), o qual apresenta significativas considerações ao discutir sobre as contradições do governo em torno daquilo que o autor denomina como: “Reforma agrária conservadora”. Além disso, mostra que todos os processos históricos de luta fazem parte das pautas dos encontros anteriores, e que os desafios que se apresentam ao longo

da história são fundamentais para a unidade desses assentados, reverberando no fortalecimento dessa solidariedade, proporcionando que o MST se constitua como uma coletividade que luta por sua sobrevivência.

Em sua obra, o autor aponta que existem dois legados significativos para a atual estrutura do MST, o primeiro legado apresenta o resultado da decisão de manter a unidade da luta de acampados e assentados, desde o compromisso assumido no Primeiro Encontro Nacional de Assentados, em 1986. Segundo Carter (2010, p. 303), esta “estratégia deu coesão às mobilizações pela terra e na terra, reforçando-as mutuamente, ao tempo de fomentar os laços de solidariedade entre as diversas gerações que militam no MST”.

O segundo legado, por sua vez, está relacionado às origens do próprio movimento, que remonta ao contexto social do Sul do Brasil, onde ocorreu a sua formação. E é nessa região brasileira, no início dos anos 80 e em uma das regiões mais desenvolvidas do País, que lhe são conferidas essa capacidade de organização interna. Conforme Carter (2010), é dessa maneira que “foi cimentado o solo para a disciplina dos seus militantes”, e é nesse contexto sócio-histórico que o MST se inscreve e consegue empreender as suas lutas em torno de demandas comuns ao movimento.

O recorte temporal analisado entre 2010 e 2020, compreende a última década e meados desta em curso. Mediante uma análise condensada foi possível constatar que, ao longo desses 10 anos, inúmeros artigos que circulam na internet e na base de dados de pesquisas que falam sobre o MST, na sua grande maioria, estão voltados para os processos de luta do movimento, em contrapartida identificamos que as contradições entre o discurso do governo e a sua prática em relação à reforma agrária e à propriedade privada são pontos de tensão entre a luta pela equidade em relação à terra.

Além das obras já citadas, há outra relevante para se compreender onde se engendram as mudanças que ocorrem na nossa sociedade e que culminam com as disparidades sociais: “*Acumulação Capitalista e Questão Social*”, de Leonardo Teixeira (2015). Nessa obra o autor expõe como o mundo atual é regido por forças capitalistas e como estas têm reconfigurado as relações sociais, provocando, conseqüentemente, a desestruturação da classe trabalhadora. Isso nos soa como algo familiar, uma vez que o trabalhador brasileiro tem vivido uma escalada de retrocessos históricos em que os seus direitos foram retirados da forma mais insensível possível.

Outra análise pertinente sobre as construções de vínculos sociais no desenvolvimento dos assentados é a trajetória escolar destacada por Saviani (2016 p. 40) ao lembrar que “inicialmente não havia, no MST, essa preocupação com a questão educacional. Contudo, na

medida em que os acampamentos se formavam e cresciam o número dos assentamentos, surgia a necessidade de equacionar-se a questão da educação dos filhos das famílias acampadas ou assentadas”. Com base nesse autor, é possível notar que houve um crescimento demográfico que convergiu para o processo da educação formal dos assentados, evidenciando que a educação do campo não é apenas um lugar de luta, mas também um espaço que possibilita o fortalecimento dos vínculos sociais.

Para Tahan (2017, p. 04), esta relação “contraditoriamente, em vez de propiciar a harmonia econômica e o bem-estar geral, encontra-se mergulhada em grave crise econômica e barbariza as condições de vida dos trabalhadores”. Entretanto, esses conflitos entre pobres e ricos, proletários e burgueses, não são novos, como assevera Santos:

Os conflitos sociais sempre estiveram presentes na história da humanidade, até mesmo com o homem primitivo, quando ainda se organizava para a caça e a pesca, ou quando as tribos guerreavam entre si, o que caracterizava formas de organização e luta em torno de objetivos comuns ou dicotômicos (SANTOS, 2016, p. 26).

Esse conflito está presente na luta entre os latifundiários e os trabalhadores sem terra, trazendo à tona e gerando um campo de tensão. Desta forma, a relevância da referência feita a essa autora dá-se pelo fato de se tratar de alguém que contabiliza no seu currículo histórias de luta e resistência dentro do MST. Ela também é responsável por várias produções relacionadas à educação no campo, movimentos sociais, reforma agrária e formas de resistência do MST, nos referimos aqui à Santos (2016), escritora com diversas publicações sobre a temática de educação no campo, MST e movimentos sociais, somada a obras já lançadas, além de uma vasta experiência em análise no campo das políticas neoliberais, o que a torna consideravelmente importante na construção da literatura para esta pesquisa.

Liberalismo e Neoliberalismo

Ao revisitar a história é possível perceber que os séculos XVIII e XIX foram marcados não apenas pela enorme fertilidade intelectual, mas por todas as transformações na sociedade que, dentre outros fatores, menciona-se a Revolução Industrial. É nesse contexto que o Liberalismo se inscreve, em uma obra que é tida como um marco divisório para a corrente liberal na Europa, o livro de Adam Smith (1776): “*A riqueza das nações*”. O pano de fundo de toda essa ideologia, na verdade, era os ideais capitalistas que dava claros sinais de iniciar um empreendimento arrojado, aproveitando-se do momento que era propício, pois com a explosão industrial na Europa os capitalistas usavam, cada vez mais, a força de trabalho dos

indivíduos para a manutenção do poder de acumulação de riquezas.

De acordo com Moraes (1997), em seu artigo sobre “*Liberalismo e Neoliberalismo*”, ao tratar da importância desse período ele afirma que “[...] trata-se de um momento decisivo, porque, a partir de então, uma série de ideias deixam de ser apenas intuições e começam a se constituir num verdadeiro sistema de pensamento”. Com base nessa afirmação, é possível perceber que a Europa passa a experimentar uma série de transformações e um novo paradigma econômico entra em cena, com a existência de uma ampla defesa à livre concorrência e à contestação dos mecanismos de regulação Estatal, defendendo a redução do poder do Estado e maior liberdade para as atividades econômicas.

Entretanto, um outro momento significativo que demonstra também a capacidade de reinvenção do capital, dá-se com a chegada do Neoliberalismo que, embora traga em seu cerne traços do período anterior, é um outro modo de operacionalização institucionalizado do capital, conforme a afirmativa a seguir:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 06)

Quando encontramos dentro da proposta neoliberal uma apologia às capacidades empreendedoras dos indivíduos, já encontramos um ponto de tensão com a proposta do MST, uma vez que a tônica do discurso do movimento se dá na perspectiva de uma coletividade e que quaisquer ações devem repercutir em benefício do grupo e não daquilo que é individual.

Por outro lado, se o principal ponto de tensão entre a reforma agrária idealizada pelo MST é a propriedade privada, quando o neoliberalismo defende os sólidos direitos do capitalismo institucionalizado a esta propriedade, conforme texto acima apresentado, esse conflito entre o neoliberalismo e o MST tende a se acirrar. A exemplo disso podemos constatar a luta empreendida pelos que fundaram o MST na Bahia e que trazem consigo uma história de luta e resistência.

A história do MST na Bahia teve início em uma fazenda que contava com 299 hectares no município de Mirante, conforme descreve Carter (2010, p. 355): “[...] o assentamento Novo Mirante localiza-se em uma tradicional fazenda de cana-de-açúcar na área litorânea do Nordeste. A propriedade original, em desuso, foi ocupada pelo MST pela primeira vez em outubro de 1996”. Ainda de acordo com o autor, o grupo foi expulso pela polícia na sua primeira tentativa de ocupação, porém, quase 14 meses depois desse acontecimento,

logram êxito, pois em dezembro de 1997 a fazenda finalmente foi expropriada pelo INCRA.

Isso evidencia que a resistência é um traço inerente ao movimento, no sentido de fazer o enfrentamento às pautas com ideologias capitalistas, travestidas de neoliberalismo. Nesse sentido, as políticas neoliberais são ações engendradas pelo governo e seus atores sociais que, não apenas impedem o direito à terra e à moradia para aqueles que precisam, mas visam suprimir direitos já adquiridos. Mas, é necessário compreender que a resistência abordada aqui difere da que é usada no senso comum, tendo em vista que esta pesquisa se propõe a analisar o conceito de resistência no contexto de luta do movimento, enquanto aquele que se opõe às políticas neoliberais que visam a retirada de direitos à terra e à moradia impostas pelo atual governo.

Análise dos dados, breves considerações sobre o que isso traduz

Os dados que serão apresentados a seguir são o resultado de uma pesquisa de campo realizada em um dos Assentamentos do MST, localizado entre os municípios de Vitória da Conquista e Planalto, na Bahia, o qual foi fundado no ano de 1996, contando na ocasião com 20 famílias em meio a uma história de muita luta, que foi vivida por todos aqueles assentados que resistiram a incidentes como a discriminação por parte da sociedade local, a escassez de produtos básicos para a sobrevivência e itens básicos que compõem a cesta básica, conforme depoimento dos que moram no local desde a sua origem.

Segundo Williams (1979, p. 48), apesar de todo avanço da filosofia, os pressupostos da teoria socialista ainda não foram superados, pois “as circunstâncias que engendram o Marxismo não foram ainda superadas”. Essas narrativas já apresentadas, evidenciam que as transformações que o Brasil tem atravessado nos últimos anos, e que se acentuaram após a ascensão das políticas neoliberais, com as privatizações que ocorreram em toda a década de 90, delegaram aos agentes do mercado a autonomia dos investimentos. Todas essas mudanças ocorrem na esteira do sistema capitalista, e o neoliberalismo, como uma reinvenção do capital, promove o afastamento do Estado das atividades produtivas, colocando o país em grave crise econômica e social. Isso fica evidente no discurso dos assentados.

Durante a visita foi aplicado um questionário com dez pessoas que foram escolhidas de forma aleatória, a fim de preservar a imparcialidade daquilo que seria analisado. Enquanto as pessoas respondiam aos questionários, tivemos a oportunidade de ouvir muitas histórias sobre as dificuldades inerentes às circunstâncias que envolveram o início da formação do

assentamento e à resistência que foi necessária para que se consolidasse o que existe hoje em termos de conquistas, que vão desde a realização do um sonho de obter um pedaço de terra para construir uma casa até a plantação e criação de animais.

De acordo com Cheptulin (1982, p 2), as categorias de análise, na perspectiva da dialética cumprem uma função gnoseológica, com vistas a entender os fenômenos produzidos pelo ser humano em sociedade e a que isso corresponde, conforme se vê a seguir; “[...] Sua assimilação permite um desenvolvimento da faculdade cognitiva, da capacidade de pensar com exatidão”. Nesse sentido, as categorias de análise aqui explicitadas servirão como forma de nos desviarmos da aparência para ir em direção à realidade. Com base no exposto, temos a seguir os quadros dos resultados obtidos por meio do questionário semiestruturado de seis perguntas, que foi aplicado com os assentados e a relação com as respectivas categorias de análise.

Quadro 01 – Pergunta 01

Como você analisa a paralisação da reforma agrária com o atual governo, e como isso se reflete no movimento?
E1/E2/E3/E4/E5/E6 – “Sim, isso refletiu negativamente no movimento.”
E7 - “Foi ruim para nós e para o MST, pois tem gente que não tem a terra.”
E8 - “É ruim, porque reflete na construção do MST e paralisa tudo.”
E9 - “É ruim para o movimento.”
E10 - “É ruim, porque parou, e em tudo falando fica ruim.”

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A primeira categoria de análise que apresentamos é: “Equidade”, como sendo um princípio de justiça baseado na igualdade. Do ponto de vista de uma análise sobre o sistema capitalista, a equidade é algo que não se vê em uma sociedade, pois o mesmo é marcado pelas desigualdades sociais. Algo que fica evidente nesse primeiro quadro com a expressão: “[...] pois tem gente que não tem a terra”. Esta equidade, embora distante dos princípios que norteiam as políticas públicas que envolvem os assentados, constituíram como um fator identitário no grupo, uma vez que eles passam a compartilhar das mesmas demandas.

Cabe destacar que na fala de quatro participantes a palavra “ruim” ficou em evidência, e quando ouvimos algo dessa natureza emergir na fala dos integrantes do MST entendemos que, mesmo já possuindo sua terra e moradia, muitos conseguem ser solidários e se identificam com a luta daquele que ainda não possui um lugar para morar, mas, para além disso, fica evidente que a paralisação da reforma agrária com o atual governo só atende aos interesses dos latifundiários que detêm a posse da terra.

Entretanto, Gohn (1997), é enfática ao afirmar que “enquanto não forem resolvidos os problemas de desigualdades sociais esses atores continuarão a protagonizar sobre as luzes da ribalta em períodos específicos”. Essa afirmação instiga nós brasileiros à reflexão de que ao lembramos que esses atores sociais, mesmo quando a luz já se apagou para eles, ainda continuam atuando, a exemplo de governantes como Michel Temer, eleito de forma ilegítima, saindo do palco já na prorrogação do seu espetáculo; em seguida, através da gestão do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, que seguindo o modelo de trabalho do seu predecessor deu continuidade ao paralisar a reforma agrária, demonstrando que deseja perpetuar essas disparidades sociais em relação à propriedade privada.

Quadro 02 – Pergunta 02

Na sua opinião, existe alguma resistência por parte do MST quanto às políticas impostas por esse governo em relação à ocupação da terra?
E1/E2/E3/E4/E5/E6 - “Sim, existe resistência.”
E7 - “Sim, estamos resistindo.”
E8/E9 - “Estamos cedendo forçado.”
E10 - “Tem coisa que a gente é obrigada a aceitar.”

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

A segunda categoria de análise que usamos no texto foi a resistência, porém não no sentido de resiliência, ou de confronto, mas está como sendo um tensionamento que é comum aos oprimidos que resistem aos ditames dos opressores, e isso foi evidenciado durante a pesquisa como algo que acontece com essa população, e explicitado na expressão: “Estamos resistindo”. Deste modo, quando percebemos o discurso destes indivíduos sobre a afirmação de uma resistência, é possível perceber que existe um campo de tensão entre o governo e o MST, ao contrário daquilo que é exposto no discurso do atual Governo, da existência de um relacionamento amistoso e tranquilo com o homem do campo.

Para Sakamoto (2020), tal incongruência ficou evidente em um discurso feito recentemente pelo próprio presidente que, na tentativa de ficar bem com o homem do campo, afirmou: “O homem do campo é um exemplo, realmente, de trabalhador brasileiro. Eles trabalham de segunda a domingo, por vezes, 24 horas por dia, e não reclamam de absolutamente nada”. Este pseudo elogio não condiz com a realidade, uma vez que essas pessoas afirmam que estão cedendo de maneira forçada e, ainda, que tem “coisa” que eles do MST, trabalhadores do campo, são obrigados a aceitar, conforme aparece no discurso do entrevistado. Em contrapartida, esse ceder forçado nos faz lembrar de quantas manifestações do MST em prol do direito à terra sofreram repressão dos Estados como aparelhos bem

equipados sob a regência do Estado maior, o governo brasileiro, com viés capitalista:

O Estado é então e antes de mais aquilo a que os clássicos do marxismo chamaram o aparelho de Estado. Este termo compreende: não só o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos a partir das exigências da prática jurídica, isto é a polícia - os tribunais - as prisões; mas também o exército, que (o proletariado pagou esta experiência com o seu sangue) intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância quando a polícia, e os seus corpos auxiliares especializados, são ultrapassados pelos acontecimentos; e acima deste conjunto o chefe do Estado, a governo e a administração. (ALTHUSSER, 1970, p.31-32)

Desta forma, quando essas pessoas dizem que cedem porque é o jeito, ou o fazem forçados, é porque eles têm registros do que já sofreram com a repressão desse Estado capitalista, que não hesita em usar a força bruta, caso haja necessidade, para rechaçar qualquer manifestação que se oponha aos seus ideais de manutenção do poder, usando para isso a Polícia Militar e, se for preciso, a já conhecida guarda nacional e até o Exército, a fim de forçar a paralisação de qualquer manifestação de resistência do MST, conforme a história do movimento tem evidenciado. Entretanto, a despeito desse “ceder forçado”, o maior percentual dos entrevistados afirmaram que existe resistência no movimento, sim, principalmente quanto às políticas do atual governo. Isso significa dizer que o campo de tensão deve continuar, uma vez que os assentados, na sua maioria, continuam resistindo.

Quadro 03 – Pergunta 3

Você construiu algum vínculo social no assentamento, e como isso se deu?
E1/E2/E3/E4/E5 - “Sim, construímos muitos amigos no assentamento, e isso se deu com a convivência.”
E6/E7/E8 - “Sim, construí vínculos com o apoio dos vizinhos e do MST.”
E9 - “Construí os vínculos com os companheiros a maior parte conheci tudo aqui.”
E10 - “Tenho 24 anos neste assentamento, tenho a maior satisfação de ter as amizades que tenho aqui.”

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Esse discurso mostra os vínculos sociais como uma estrutura que atua de forma interdependente: “[...] Por isso insistimos que em toda estrutura vincular, e como o termo estrutura já traduz, indicamos a interdependência dos elementos, o sujeito e o objeto interagem realimentando-se mutuamente”, Riviere (2005, p. 5). É possível perceber que esse processo de alimentação se dá não apenas no âmbito daquilo que se materializa, mas, primordialmente, em todo afeto envolvido, já que essas amizades, as quais eles se referem durante a entrevista, implicam em um investimento natural de afeto. Sob uma nova perspectiva, durante a pesquisa ficou nítida a existência dessa estrutura vincular no

assentamento a que o autor se refere. Com base nisso, foi possível perceber uma rede de comunicações que garante o funcionamento entre o grupo.

Quadro 04 – Pergunta 4

Caso exista algum vínculo no assentamento, a que você atribui a construção dele?
E1 - “Porque compadre João é o meu compadre, que atribui a formação dos vínculos, ao processo de luta. Na luta, no crescimento do assentamento e na construção da igreja.”
E2/E3/E4 - “Porque a luta não para e a luta de um é a luta de todos.”
E5 - “Porque a luta não pode parar e tem companheiro que ainda precisa construir.”
E6 - “Atribuo a construção dos vínculos à questão do MST.”
E7 - Não respondeu.
E8 - “Foi porque deu bem com as pessoas do assentamento.”
E9 - “Temos o dia a dia com as pessoas no assentamento e isso é muito bom.”
E10 - “Porque a luta de um é a luta do outro e a precisão de um a precisão do outro.”

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Nesse questionamento, porém, as respostas foram bem diversificadas, mas ainda assim corroboram com a relevância dos vínculos para os assentados. Tivemos uma abstenção e uma pessoa que se limitou a responder somente com um “sim”. A fim de garantir a plena liberdade dos sujeitos entrevistados, optamos por manter apenas essa resposta, sem perguntar qual o conteúdo daquele “sim”.

De acordo com Pichon Riviere (2005), “[...] essas relações intersubjetivas envoltas no vínculo são dirigidas e estabelecem-se com base em necessidades, fundamento motivacional do vínculo”. Vê-se, portanto, que estes são motivados por necessidades diversas que vão desde aquelas que são inerentes à condição humana, que é estar em sociedade por ser ele um ser social, e dessa maneira esse senso de agregação torna-se fundamental, a outras necessidades, que são comuns à vida em sociedade como segurança, alimentação, habitação; além de afeto, confiança e companheirismo.

Assim, quando um assentado diz que “a construção desses vínculos decorre do fato de que a luta de um é a luta do outro e que a precisão de um é a precisão do outro”, eles estão ligados por um padrão de afinidades e se identificam com aquilo que lhes é comum. Além disso, é possível perceber que nesse assentamento do MST eles ainda preservam esses vínculos sociais que são tão importantes para a natureza humana, na sua sobrevivência, conforme podemos ver a seguir:

O vício e o mal florescem nas grandes cidades e o único antídoto possível para essa alienação, a vida no campo, está cada vez mais sob o domínio das

grandes cidades: "a indústria e o comércio atraem todo o dinheiro do campo para as capitais [...] quanto mais rica é a cidade, mais pobre o campo". Assim, o veículo dinâmico da alienação capitalista - indústria e comércio - coloca sob seu encanto a natureza e a vida do campo, intensificando cada vez mais a contradição entre cidade e campo (MÉSZÁROS, 2006, p.55).

Um fato lamentável é que, no Brasil, nos dois últimos governos com traços capitalistas bem acentuados, não se ouviu e ainda não se ouve falar sequer de visitas de presidentes aos assentamentos do MST que objetivem conhecer as principais demandas e carências das brigadas, nem tampouco se sabe de investimentos para a população do campo que lhes proporcionem dignidade e equidade nas condições básicas de vida.

A partir disso, fica evidente que os principais alienados são os mandatários desse país que não conseguem perceber o seu próprio egoísmo que atua como a “mola propulsora” dessa alienação. Enquanto isso, percebe-se que esses grupos de famílias, em especial os assentados do MST, não dispõem de infraestrutura básica para a sobrevivência de seus familiares, em maioria, e agora oferecem resistência não por novas conquistas, mas para não perderem aquilo que foi conquistado com muito sofrimento ao longo dos anos mediante outros governos que, por sua vez, quando estavam no poder, tinham um olhar mais sensível para com as populações pobres do campo em detrimento dos burgueses que ocupam as grandes metrópoles.

Quadro 05 – Pergunta 5

Como você encara o relacionamento do MST com o atual governo como um movimento de resistência, ou ao contrário, esta relação se dá de forma tranquila e amistosa?
E1 - “Essa relação é uma relação difícil.”
E2 - “Creio que não, não se dá de forma tranquila e amistosa.”
E3 - “É uma relação ruim, mas temos que aceitar.”
E4 - “Para nós que somos humildes tá muito difícil.”
E5 - “É um relacionamento muito difícil para nós os pobres.”
E6 - “É ruim, mas temos que resistir.”
E7/E8/E9/E10 - “Sim, é um relacionamento ruim.”

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Não é difícil perceber que existe uma resistência por parte desse coletivo com o atual governo, e que essa relação não se dá de forma tranquila e amistosa, mas quando essas pessoas dizem: “*É ruim, mas temos que resistir*”, é possível perceber que os vínculos sociais são de fato um fator de resistência para os assentados, principalmente pela expressão: “*Temos*”, que traz consigo a ideia de uma pluralidade, um grupo que luta. Isso corrobora a ideia de que as lutas no MST não param, e esses vínculos garantem a continuidade da vida no assentamento.

Quadro 6 – Pergunta 6

De modo geral, como você avalia a importância dos vínculos sociais aqui neste assentamento do MST?
E1/E2 - “Sim, são importantes.”
E3 - “Os vínculos são bons, porque são amizades.”
E4 - “Os vínculos são muito importantes.”
E5 - “Uma amizade vale mais do que uma boiada de gado.”
E6 - “São importantes, e mais do que isso, porque uma amizade vale mais do que dinheiro.”
E7 - “Os vínculos são muito importantes, porque desde que a gente conhece o companheiro aí a amizade se confirma.”
E8 - “São muito importantes, porque todos nós estamos na luta.”
E9 - São importantes, porque através deles construímos amizades.”
E10 - “Os vínculos são importantes, porque sem luta não conseguimos nada, temos o apoio do MST por causa dos vínculos, eu sou MST.”

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Nesta afirmação “eu sou MST”, é possível perceber a noção de pertencimento. De acordo com o texto a seguir são importantes, e que se constituem através da mística e dos símbolos do movimento conforme a vemos: “O próprio Jornal Sem Terra para o MST, já é mais do que um meio de comunicação. É um símbolo. O militante se identifica, tem afinidade, gosta dele”, Stédile (1999, p. 132). Isso evidencia a importância dos símbolos para esse sentimento de pertencimento e o senso de agregação no movimento.

Diante do exposto, em relação ao que observamos por meio dessa pesquisa, consideramos que esta não se propõe, em momento algum, a esgotar esse tema que, por sua natureza e amplitude, é vasto. Porém, o que apresentamos neste artigo é relevante não apenas como comprovação científica no espaço acadêmico, mas certamente para o próprio assentamento, considerando que este coletivo poderá ser beneficiado com o resultado dessa investigação e, a partir daí, ter um novo olhar sobre a questão da relevância dos vínculos sociais, como forma de fortalecer a resistência no MST, especialmente na atual conjuntura política, a qual coloca o movimento constantemente vivendo sob ameaça de arrefecimento da sua capacidade de se constituir socialmente como movimento social. Porém, a despeito de todos os retrocessos com o atual governo, mesmo com todos os desafios com os quais se impõem, ainda reafirmam essa resistência. Essa afirmação comprova-se na fala de nossa última entrevistada que se expressou com veemência: “Eu sou MST”.

Considerações Finais

Concluimos, assim, que o presente artigo é uma leitura que pode despertar interesse no contexto acadêmico, visto que nos remete à reflexão sobre um movimento que, mesmo em meio ao seu contexto histórico de lutas, continuam resistindo. Desta forma, é possível inferir que o conhecimento da realidade interessa não apenas aos assentados, mas a todos que trabalham na educação do campo em geral, e poderá servir para fomentar novas discussões em torno de um tema que se mostra relevante e atual. Ademais, evidenciar a produção dos vínculos como fator de resistência no MST, por meio de uma pesquisa, torna-se relevante ao partir do princípio de que o movimento social em questão se configura como um dos pilares do sistema socialista no Brasil. Isso se reveste de importância à medida que vivemos em tempos que o capital tem se fortalecido e as injustiças sociais se multiplicado, o que torna imprescindível refletir sobre a importância dos vínculos sociais como fator de resistência.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução, Joaquim de Moura Ramos. Lisboa. Editorial Presença, Martins Fontes, 1970.

CALDART, Roseli Salete, **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. 2001. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016. Acesso em: 05/08/2020.

CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: Categoria e Leis da Dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

HARVEY. David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2008.

RIVIERE, Enrique Pichon. **O Processo Grupal**. Editora, MartinsFontes, São Paulo, (2005)

SANTOS. Arlete, Ramos dos. **Aliança (neo) desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: movimentos sociais e reforma agrária do consenso**. Editora CRV; Curitiba, 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro Festeja “homem do campo que trabalha 24h por dia e não reclama”**. <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/a-gente-nao-quer->

[ser-escravo-diz-lideranca-rural-apos-frase-de-Bolsonaro](#)>. S. Paulo, 2020/06/17. Acesso em: 19/09/2020, 09h38min.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TAHAN, Novais, Henrique; Dal Ri, Neusa Maria (Orgs.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. Volume II – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1979.

Davi Amancio de Souza

Graduado em psicologia (2018), Universidade Estadual da Bahia (UESB) – Brasil; Aluno no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual da Bahia (UESB); Membro do Grupo de pesquisa em movimentos sociais e educação do campo e da cidade (GEPEMDEC). E-mail: daviamancio95@gmail.com

Dra. Arlete Ramos dos Santos

Pós-doutorado em Educação e movimentos sociais do campo, Universidade Estadual Paulista (UNESP); Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil; Membro da equipe de professores do Programa de Pós-Graduação e em Educação Básica da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora formadora do Instituto Anísio Teixeira - IAT. E-mail: arlep@hotmail.com